



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: Picuí			
CURSO: TECNÓLOGO EM GESTÃO AMBIENTAL			
DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL		CÓDIGO DA DISCIPLINA:	
PRÉ-REQUISITO: Não há			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>		SEMESTRE/ANO: 2/2025	
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 59h	PRÁTICA:	EaD¹:	EXTENSÃO: 8h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE RESPONSÁVEL: Ana Luisa Pires Moreira			

EMENTA
--------

Estudo dos principais instrumentos legais e institucionais de proteção ao meio ambiente no Brasil. Evolução histórica da legislação ambiental e dos marcos internacionais. Princípios constitucionais e fundamentos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e competências dos órgãos ambientais. Análise da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e legislação correlata. Licenciamento ambiental, responsabilidade civil, administrativa e penal por danos ambientais. Instrumentos de gestão e controle ambiental. Aplicações práticas da legislação ambiental na gestão e planejamento ambiental

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral: Compreender os fundamentos, princípios e instrumentos da legislação ambiental brasileira, capacitando o estudante a interpretar, aplicar e integrar as normas jurídicas ambientais aos processos de gestão e planejamento ambiental, visando a conservação dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável e o cumprimento das responsabilidades socioambientais.

Específicos:

- Compreender a evolução histórica da legislação ambiental no Brasil e no mundo.
- Identificar os principais marcos legais e institucionais que regem a proteção ambiental.
- Analisar os princípios do Direito Ambiental e sua aplicação prática na gestão ambiental.
- Reconhecer a estrutura e as competências do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- Interpretar e aplicar as principais leis e políticas nacionais de meio ambiente, recursos hídricos, resíduos sólidos e florestas.
- Compreender o funcionamento do licenciamento ambiental e de outros instrumentos de gestão e controle.
- Avaliar a responsabilidade civil, administrativa e penal decorrente de danos ambientais.
- Desenvolver senso crítico e ético sobre a aplicação das normas ambientais em diferentes contextos sociais e produtivos.

--

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 1. Introdução à legislação ambiental

Conceitos básicos e importância da legislação ambiental; Evolução histórica no Brasil e no mundo; Conferências internacionais e tratados ambientais.

### 2. Princípios do Direito Ambiental

Prevenção, precaução, poluidor-pagador, desenvolvimento sustentável; Constituição Federal de 1988 e meio ambiente.

### 3. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81)

Objetivos, instrumentos e SISNAMA; Licenciamento e EIA/RIMA.

### 4. Políticas setoriais

Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10); Código Florestal (Lei nº 12.651/12); Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98).

### 5. Gestão e instrumentos de controle

Zoneamento ambiental, outorga, auditoria e certificação ambiental; Responsabilidade civil, administrativa e penal.

### 6. Aplicação prática e estudos de caso

Casos reais de danos e recuperação ambiental; Simulação de processos de licenciamento e autuação ambiental.

## METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositiva dialogada; estudo individual e em grupo de textos científicos: resumos, comentários; seminários, participação em grupos

## RECURSOS DIDÁTICOS

[X ] Quadro

[ X] Projetor

[ X] Vídeos/DVDs

[ X] Periódicos/Livros/Revistas/Links

[X ] Equipamento de Som

[ ] Laboratório

[ ] Softwares<sup>2</sup>

[ ] Outros<sup>3</sup>

## CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

(Especificar quantas avaliações e formas de avaliação – avaliação escrita objetivo, subjetiva, trabalho, seminário, artigo, etc. - para integralização da disciplina/componente curricular, incluindo a atividade de recuperação final.)

Continua através de: Provas escritas objetivas/subjetivas e trabalhos teóricos/práticos e seminários orientados em sala de aula.

## ATIVIDADE DE EXTENSÃO<sup>4</sup>

Ações de extensão com estudantes e comunidade sobre a importância da coleta seletiva, do uso de materiais menos impactantes ao ambiente e reciclagem, de modo a atender à Política Ambiental e à curricularização da extensão.

## BIBLIOGRAFIA<sup>5</sup>

Bibliografia Básica:

- Antunes, P. de B. (2011). *Direito ambiental* (13ª ed.). Lumen Juris.
- Bim, E. F. (2024). *Licenciamento ambiental* (6ª ed.). Fórum.
- Freiria, R. C. (2011). *Direito, gestão e políticas públicas ambientais* (p. 234). Editora Senac São Paulo.
- Milaré, É. (2011). *Direito ambiental: a gestão ambiental em foco, doutrina, jurisprudência* (5ª ed.). Revista dos Tribunais.
- Oliveira, F. M. G. de. (2014). *Manual de direito ambiental*. Forense; Método.

Bibliografia Complementar:

- Guerra, S. (2012). *Resíduos sólidos: comentários à Lei nº 12.305/2010*. Forense.
- Lehfeld, L. de S., Carvalho, N. C. B. de, & Balbim, L. I. N. (2015). *Código florestal: comentado e anotado artigo por artigo*. Forense, Método.
- Machado, P. A. L. (2016). *Direito ambiental brasileiro* (31ª ed.). Malheiros Editores.

- Oliveira Filho, A. A. de. (2009). *Responsabilidade civil em face dos danos ambientais*. Forense.
- Sirvinskas, L. P. (2015). *Manual de direito ambiental* (13ª ed.). Saraiva.

#### Bibliografia Suplementar:

- Barbosa, C. M. F. (2022). O surgimento do direito ambiental no Brasil, sua evolução e o cumprimento da agenda 2030. *Diversitas Journal*, 7(4). <https://doi.org/10.48017/dj.v7i4.2061>
- Borges, L. A. C., Rezende, J. L. P. de, & Pereira, J. A. A. (2009). Evolução da legislação ambiental no Brasil. *Revista Em Agronegócio E Meio Ambiente*, 2(3), 447–466. <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2009v2n3p447-466>

#### OBSERVAÇÕES

*(Acréscitar informais complementares ou explicativas caso o docente(s) considere importantes para a disciplina/componente curricular)*

- 1 Para a oferta de disciplinas na modalidade à distância, integral ou parcial, desde que não ultrapassem os limites definidos em legislação.
- 2 Nesse ítem o professor deve especificar quais softwares serão trabalhados em sala de aula.
- 3 Nesse ítem o professor pode especificar outras formas de recursos utilizadas que não estejam citada.
- 4 Nesse ítem deve ser detalhado o PROJETO e/ou PROGRAMA DE EXTENSÃO que será executado na disciplina. Observando as orientações do Art. 10, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, da Instrução Normativa que trata da construção do **Plano de Disciplina**.
- 5 Observar os mínimos de 3 (três) títulos para a bibliografia básica e 5 (cinco) para a bibliografia complementar.

Documento assinado eletronicamente por:

■ Ana Luisa Pires Moreira, PROF ENS BAS TEC NOLOGICO-SUBSTITUTO, em 09/11/2025 12:24:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/11/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 791961  
Verificador: 3deb8640eb  
Código de Autenticação:



PB 151, S/N, Cenecista, PICUÍ / PB, CEP 58187-000  
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3371-2727